

CONV 691/03

NOTA

de: Praesidium

para: Convenção

Assunto: **Instituições**

– Projecto de artigos do Título IV da Parte I da Constituição

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, o projecto de artigos da Parte I, relativos às Instituições da União, que é proposto pelo Praesidium com vista ao debate em plenário de 15 e 16 de Maio.

Quanto a vários pontos importantes, eram duas as vias possíveis: cingir-se às disposições do Tratado de Nice ou ir mais longe. No termo das deliberações do Praesidium sobre todos os pontos, as propostas formuladas no tocante à representação no Parlamento Europeu, à definição da maioria qualificada e à composição da Comissão reflectem soluções que vão mais longe do que o Tratado de Nice. Caberá à Convenção pronunciar-se sobre esta escolha.

O Praesidium considera que a nova definição da maioria qualificada apenas deverá ser aplicável em concomitância com a aplicação das novas disposições relativas ao Parlamento Europeu e à Comissão. No período intercalar, poderiam ser inseridas na Constituição disposições provisórias que retomariam as disposições do Tratado de Nice.

Apresenta-se igualmente aos membros da Convenção um projecto de texto de um eventual artigo que poderia ser inserido no Título VI da Parte I, relativo à vida democrática.

PARTE I DA CONSTITUIÇÃO

TÍTULO IV: INSTITUIÇÕES DA UNIÃO

Artigo 14.º: Instituições da União

1. A União dispõe de um quadro institucional único que visa:

- prosseguir os objectivos da União,
- promover os seus valores,
- servir os interesses da União, dos seus cidadãos e dos seus Estados-Membros,

bem como assegurar a coerência, a eficácia e a continuidade das políticas e das acções por ela conduzidas para alcançar os seus objectivos.

2. O quadro institucional compreende:

- o Parlamento Europeu,
- o Conselho Europeu,
- o Conselho de Ministros,
- a Comissão Europeia,
- o Tribunal de Justiça da União Europeia,
- o Banco Central Europeu,
- o Tribunal de Contas.

3. Cada Instituição actua dentro dos limites das atribuições que lhe são conferidas na Constituição, em conformidade com os processos e nas condições que esta prevê. As Instituições mantêm entre si uma cooperação leal. ¹

Artigo 15.º: Parlamento Europeu

1. O Parlamento Europeu exerce, juntamente com o Conselho, a função legislativa, bem como funções de controlo político e funções consultivas, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição. O Parlamento Europeu elege o Presidente da Comissão Europeia.
2. O Parlamento Europeu é directamente eleito por sufrágio universal pelos cidadãos europeus, em escrutínio livre e secreto, por um mandato de cinco anos. O número de deputados não será superior a setecentos. A representação dos cidadãos europeus é assegurada de modo degressivamente proporcional, sendo fixado um limiar mínimo de quatro deputados do Parlamento Europeu por cada Estado-Membro.
3. O Parlamento Europeu elege o Presidente e a Mesa no seu âmbito, por um período de cinco anos.

Artigo 16.º: Conselho Europeu

1. O Conselho Europeu dá à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e define as suas orientações e prioridades políticas gerais.
2. O Conselho Europeu é composto pelos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, bem como pelo seu Presidente e pelo Presidente da Comissão. O Ministro dos Negócios Estrangeiros participa nos seus trabalhos.

¹ Para memória: noutra parte da Constituição, deverá ser inserida uma frase do tipo "No desempenho das suas missões, as Instituições apoiar-se-ão numa administração europeia aberta, eficaz e independente".

3. O Conselho Europeu reúne-se uma vez por trimestre, por convocação do seu Presidente. Sempre que a ordem de trabalhos assim o exija, os membros do Conselho poderão decidir ser assistidos por um Ministro e, no caso do Presidente da Comissão, por um Comissário. Sempre que a situação assim o exija, o Presidente convocará uma sessão extraordinária do Conselho Europeu.
4. Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, o Conselho Europeu pronuncia-se por consenso.

Artigo 16.º-A: Presidente do Conselho Europeu

1. O Conselho Europeu elege o seu Presidente por maioria qualificada, por um período de dois anos e meio, renovável uma vez. Para ser eleito, o Presidente deve ser membro do Conselho Europeu ou nele ter tido assento pelo menos durante dois anos. Em caso de impedimento grave, o Conselho Europeu pode pôr termo ao seu mandato, segundo o mesmo processo.

O Presidente do Conselho Europeu assegura, ao seu nível, a representação externa da União no que respeita às matérias do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum.

2. O Presidente do Conselho Europeu anima os trabalhos do Conselho Europeu, preside a esses trabalhos e assegura a sua preparação e continuidade. Actua no sentido de facilitar a coesão e o consenso no âmbito do Conselho Europeu. Apresenta ao Parlamento Europeu um relatório no seguimento de cada uma das suas sessões.
3. O Conselho Europeu pode decidir, por consenso, criar no seu âmbito uma Mesa composta por três membros, escolhidos segundo um sistema de rotação paritária.
4. O Presidente do Conselho Europeu não pode ser membro de outra Instituição europeia nem exercer um mandato nacional.

Artigo 17.º: Conselho de Ministros

1. O Conselho de Ministros exerce, juntamente com o Parlamento Europeu, a função legislativa, bem como funções de definição de políticas e de coordenação, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição.
2. O Conselho de Ministros é composto por um representante nomeado por cada Estado-Membro, a nível ministerial, relativamente a cada uma das suas formações. Só esse representante tem poderes para vincular o seu Estado-Membro e exercer o direito de voto.
3. Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, o Conselho delibera por maioria qualificada.

Artigo 17.º-A: Formações do Conselho

1. O Conselho dos Assuntos Gerais assegura a coerência dos trabalhos do Conselho de Ministros. Prepara as sessões do Conselho Europeu, com a participação da Comissão.
2. O Conselho Legislativo delibera e pronuncia-se juntamente com o Parlamento Europeu sobre as leis e leis-quadro europeias, em conformidade com o disposto na Constituição. Em função da ordem de trabalhos, o representante a nível ministerial de cada Estado-Membro poderá ser assistido por um ou, eventualmente, dois representantes especializados a nível ministerial.
3. O Conselho dos Negócios Estrangeiros elabora as políticas externas da União, de acordo com as linhas estratégicas definidas pelo Conselho Europeu, e assegura a coerência da sua acção. É presidido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União.
4. O Conselho reúne-se igualmente sob a forma de Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros, bem como de Conselho da Justiça e Segurança.

5. O Conselho, na sua formação de Assuntos Gerais, pode decidir reunir-se noutras formações.
6. O Conselho Europeu pode decidir, por consenso, que a Presidência de uma formação do Conselho de Ministros, com excepção da formação de Negócios Estrangeiros, seja assegurada por um Estado-Membro durante um período mínimo de um ano, tendo em conta os equilíbrios políticos e geográficos europeus e a diversidade de todos os Estados-Membros.

Artigo 17.º-B: Maioria qualificada

1. Sempre que o Conselho Europeu e o Conselho de Ministros deliberem por maioria qualificada, esta é definida como a maioria dos Estados-Membros, em representação de, no mínimo, três quintos da população da União.
2. No Conselho Europeu, o seu Presidente e o Presidente da Comissão não participam na votação.

Artigo 18.º: Comissão Europeia

1. A Comissão Europeia salvaguarda o interesse geral europeu. Vela pela aplicação das disposições da Constituição, bem como das medidas aprovadas pelas Instituições por força desta. Exerce igualmente funções de coordenação, execução e gestão, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição.
2. Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, os actos da União apenas podem ser aprovados sob proposta da Comissão.
3. A Comissão é composta por um Presidente e, no máximo, catorze membros. Pode ser assistida por Comissários Delegados.
4. A Comissão exerce as suas responsabilidades com total independência. No cumprimento dos seus deveres, os membros da Comissão não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Governo nem de nenhum organismo.

Artigo 18.º-A: Presidente da Comissão Europeia

1. Tendo em conta as eleições para o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada, propõe ao Parlamento Europeu um candidato ao cargo de Presidente da Comissão. O candidato é eleito pelo Parlamento Europeu por maioria dos membros que o compõem. Caso o candidato não recolha a maioria, o Conselho Europeu propõe ao Parlamento Europeu, no prazo de um mês, um novo candidato, de acordo com o processo anteriormente seguido.
2. Cada Estado-Membro elabora uma lista de três pessoas, incluindo pelo menos uma mulher, que considere qualificadas para exercer a função de Comissário Europeu. Entre essas pessoas, o Presidente eleito designa como membros da Comissão, tendo em conta os equilíbrios políticos e geográficos europeus, treze personalidades, no máximo, escolhidas pela sua competência e pelo seu empenhamento europeu e que ofereçam todas as garantias de independência. O Presidente e as personalidades designadas para membros da Comissão são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu.
3. A Comissão, enquanto colégio, é responsável perante o Parlamento Europeu. Este pode aprovar uma moção de censura à Comissão, de acordo com as modalidades enunciadas no artigo X da Constituição. Caso tal moção seja aprovada, os membros da Comissão devem abandonar colectivamente as suas funções. Continuarão a gerir os assuntos correntes até à nomeação dos seus sucessores.
4. O Presidente da Comissão define as orientações no âmbito das quais a Comissão exerce a sua missão. Decide da sua organização interna, a fim de assegurar a coerência, a eficácia e a colegialidade da sua acção. Nomeia Vice-Presidentes de entre os membros da Comissão.
5. O Presidente pode nomear Comissários Delegados, que serão escolhidos tendo em conta os critérios aplicáveis a respeito dos membros da Comissão. O seu número não pode ser superior ao número de membros da Comissão.

Artigo 19.º: Ministro dos Negócios Estrangeiros

1. O Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada, com o acordo do Presidente da Comissão, nomeia o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União. Este conduzirá a Política Externa e de Segurança Comum da União.
2. O Ministro dos Negócios Estrangeiros contribui, com as suas propostas, para a elaboração da Política Externa Comum, executando-a na qualidade de mandatário do Conselho. Actua do mesmo modo no que se refere à Política de Segurança e Defesa Comum.
3. O Ministro dos Negócios Estrangeiros é um dos Vice-Presidentes da Comissão Europeia. É responsável, neste âmbito, pelas relações externas e pela coordenação dos demais aspectos da acção externa da União. No exercício das suas responsabilidades a nível da Comissão, e apenas em relação a essas responsabilidades, está submetido aos processos que regem o funcionamento da Comissão.

Artigo 20.º: Tribunal de Justiça da União Europeia

1. O Tribunal de Justiça, incluindo o Tribunal de Grande Instância, assegura a observância da Constituição e do direito da União.

Os Estados-Membros estabelecem as vias de recurso necessárias para assegurar uma protecção jurisdicional efectiva no domínio do direito da União.

2. O Tribunal de Justiça é composto por um juiz de cada Estado-Membro e é assistido por advogados-gerais. O Tribunal de Grande Instância é constituído, no mínimo, por um juiz de cada Estado-Membro, sendo o número de juízes fixado no Estatuto do Tribunal de Justiça. Os juízes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Grande Instância, bem como os advogados-gerais do Tribunal de Justiça, escolhidos entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas no artigo [XX] da Parte II, são nomeados de comum acordo pelos Governos dos Estados-Membros, por um mandato de seis anos¹. Os membros cessantes podem ser nomeados de novo.

¹ Quanto ao Tribunal de Justiça, o Círculo de Reflexão presidido por António Vitorino analisou igualmente a possibilidade de um mandato de nove ou doze anos, não renovável.

3. O Tribunal de Justiça é competente para:
- decidir sobre os recursos interpostos pela Comissão, por um Estado-Membro, por uma Instituição ou por pessoas singulares e colectivas nos casos referidos e segundo as modalidades previstas no artigo [YY] da Parte II;
 - decidir a título prejudicial, a pedido dos órgãos jurisdicionais nacionais, sobre a interpretação do direito da União ou sobre a validade dos actos aprovados pelas Instituições;
 - decidir sobre os recursos contra decisões proferidas pelo Tribunal de Grande Instância ou, excepcionalmente, reapreciar essas decisões, nas condições previstas no Estatuto do Tribunal de Justiça.

Artigo 21.º: Banco Central Europeu

1. O Banco Central Europeu dirige o sistema europeu de bancos centrais, de que faz parte juntamente com os bancos centrais nacionais.
2. O Banco tem como principal objectivo manter a estabilidade dos preços. Sem prejuízo do objectivo de estabilidade dos preços, o Banco presta apoio às políticas económicas gerais na União, a fim de contribuir para a realização dos objectivos da União.
3. O Banco define e executa a política monetária da União. A ele cabe exclusivamente o direito de autorizar a emissão do euro, moeda da União. Conduz todas as outras missões de um banco central, em conformidade com o disposto na Parte II da Constituição.
4. O Banco é dotado de personalidade jurídica. É independente no exercício dos seus poderes e nas suas finanças. As Instituições e os órgãos da União, bem como os Governos dos Estados-Membros, comprometem-se a respeitar este princípio.
5. O Banco aprova as medidas necessárias ao desempenho das suas missões, em conformidade com o disposto nos artigos [A-B] da Parte II da Constituição e de acordo com as condições estabelecidas nos Estatutos do Banco e do sistema europeu de bancos centrais. Em conformidade com essas mesmas disposições, os Estados-Membros que não tenham adoptado o euro, bem como os respectivos bancos centrais, conservam as suas competências no domínio monetário.

6. Nos domínios da sua competência, o Banco é consultado sobre qualquer projecto de acto da União, bem como sobre qualquer projecto de regulamentação a nível nacional, e pode apresentar pareceres.
7. Os órgãos do Banco, a sua composição e as modalidades de funcionamento são definidas nos artigos X a Y da Parte II, bem como no Estatuto do Banco.

Artigo 22.º: Tribunal de Contas

1. O Tribunal de Contas efectua a fiscalização das contas.
2. O Tribunal de Contas examina as contas da totalidade das receitas e despesas da União e garante a boa gestão financeira.
3. O Tribunal de Contas é composto por um cidadão de cada Estado-Membro. Os seus membros exercem as suas funções com total independência.

Artigo 23.º: Órgãos consultivos da União

1. O Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros e a Comissão são assistidos por um Comité das Regiões e por um Comité Económico e Social, que exercem funções consultivas.
2. O Comité das Regiões é composto por representantes das autarquias regionais e locais, quer titulares de um mandato a nível regional ou local, quer politicamente responsáveis perante uma assembleia eleita.
3. O Comité Económico e Social é composto por representantes das organizações de empregadores, de trabalhadores e de outros actores da sociedade civil representativa, em especial nos domínios socioeconómico, cívico, profissional e cultural.
4. Os membros do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social não devem estar vinculados a quaisquer instruções. Exercem as suas funções com total independência, no interesse geral da União.

5. As regras relativas à composição destes Comités, à designação dos seus membros, às suas atribuições e ao seu funcionamento são definidas nos artigos XY da Parte II da Constituição. As regras relativas à composição serão revistas periodicamente pelo Conselho, sob proposta da Comissão, por forma a acompanhar a evolução económica, social e demográfica da União.



Eventual artigo X que poderia ser inserido no Título VI, relativo à vida democrática

1. O Congresso dos Povos da Europa é a instância de encontro e de reflexão da vida política europeia. Reúne-se pelo menos uma vez por ano. As suas sessões são públicas. São convocadas e presididas pelo Presidente do Parlamento Europeu.
 2. O Congresso não intervém no processo legislativo da União.
 3. O Presidente do Conselho Europeu apresenta um relatório sobre o estado da União. O Presidente da Comissão apresenta o programa legislativo anual.
 4. O Congresso é composto, na proporção de um terço, por deputados do Parlamento Europeu e, de dois terços, por representantes dos parlamentos nacionais. O número total não será superior a setecentos.
-